



2012

Relatório de Gestão



ESTAMOS A CONSTRUIR UM NOVO MUNDO



PAN-PARTIDO PELOS ANIMAIS E PELA NATUREZA, NIPC: 509779662, com sede em Lisboa, foi registado no Tribunal Constitucional pelo acórdão n.º 27/2011, de 13 de Janeiro de 2011, exerce a atividade de PARTIDO POLÍTICO e tem a sua sede na Rua Anchieta, n.º 5 – 4.º Esq.º 1200-023 Lisboa

Encontra-se registado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob a Matrícula n.º 509779662.

RELATÓRIO DE GESTÃO

De acordo com as exigências legais e estatutárias, apresenta a Direcção Nacional do Partido pelos Animais e pela Natureza, o seguinte relatório de gestão, referente ao exercício de **2012**.

I – Actividade Política

2012 foi um ano em que actividade política do Partido pelos Animais e pela Natureza na sociedade portuguesa se consolidou.

Com a subvenção estatal obtida nas Legislativas de 2011, foi possível lançar várias iniciativas e campanhas políticas, sempre com o objectivo de divulgar a mensagem e as ideias do PAN a cada vez mais portugueses.

As acções do partido no primeiro semestre de 2012 começaram a 10 de Janeiro, com a organização de uma manifestação no Chiado contra a venda da EDP e a favor da ética na política, que contou com a presença de cerca de 200 pessoas.



Três dias depois, no dia em que cumpria o seu primeiro aniversário, o PAN teve uma reunião com a Ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, acerca da criminalização dos maus-tratos aos animais e outras questões legais relacionadas com o bem-estar animal.

A 7 de Fevereiro foi realizado o primeiro PANdebate do ano, dedicado ao tema “Resiliência Urbana no Séc. XXI e Alternativas económicas e tecnologias limpas” e tendo como oradores convidados May East e Sandro Mendonça. Assistiram a esta iniciativa de entrada livre, realizada em Lisboa, cerca de 90 pessoas.

A 5 de Março, o PAN lançou uma petição pela substituição da experimentação animal por alternativas, que rapidamente chegou às 5.000 assinaturas e dias depois, a 16 de Março, promoveu um novo PANdebate em Lisboa, desta vez com a presença do eurodeputado Rui Tavares e do escritor Miguel Real e subordinado ao tema “Portugal e Europa: Que Rumo?”.

Entre os dias 23 e 25 de Março, o PAN organizou uma visita de trabalho à eco-aldeia Tamera, na qual se envolveram filiados e membros de órgãos nacionais e locais. O objectivo desta visita foi partilhar saberes com as pessoas que vivem e trabalham em Tamera, tomar contacto com as suas propostas de desenvolvimento sustentável, de respeito pelo mundo natural e pelos animais e estabelecer laços que permitam que o PAN se assuma como a voz política de um conjunto de propostas que visem a construção de um mundo melhor, pelo bem de tudo e de todos.

O final de Março de 2012 foi ainda marcado pelo lançamento, nas redes sociais, da Campanha “Portugal dos Grandes”, que visou divulgar todos os Portugueses que não aceitam ser pequeninos; todas as grandes ideias, os projectos, os pensamentos, as ambições e as obras que elevam Portugal a um novo patamar ético e civilizacional, em que homem, animal e natureza ocupam simultaneamente o centro de todas as preocupações.

A 14 de Abril, e pelo terceiro ano consecutivo, o PAN marcou presença na marcha anual organizada pela Associação Animal. E a 28 e 29 de Abril, Ponta Delgada e em Angra do



Heroísmo acolheram PANdebates sobre “Os Direitos dos Animais, Ecoturismo e Agricultura Biológica”, com a presença de Paulo Borges, Pedro Morais e agricultores locais.

No último mês do primeiro semestre, os PANdebates voltaram a Lisboa, desta vez sobre “Bem-Estar e Direitos dos Animais”, a 5 de Junho. Foi também lançado o vídeo oficial da Campanha “Portugal dos Grandes”, tendo-se realizado, a 10 de Junho, um evento no Jardim da Estrela, em Lisboa, com personalidades ligadas às causas animal, ambiental e humana. Este mês ficou ainda marcado ainda pelo lançamento de um curso de formação “Ética Animal, Ética Ambiental e Ética Integral”, destinado a filiados, simpatizantes e público em geral.

No início do segundo semestre de 2012, a 6 de Julho, o PAN associou-se à campanha A Água é de Todos, e a 25 de Julho lançou uma petição por uma lei eleitoral mais justa. A referida petição tem como objectivo a criação de um círculo para todo o território nacional e outro para a diáspora, bem como a redução do actual número de deputados para 181.

A 9 de Agosto, o presidente do PAN, Paulo Borges, lançou um movimento no Portal do Governo pela alteração do estatuto jurídico do animal em Portugal, o qual logrou ser um dos finalistas da edição desse ano.

No dia 21 de Setembro, o filósofo e activista Steve Best foi o orador convidado de um PANdebate no Porto, com a intervenção “Tudo o que sabe sobre o Homo Sapiens está errado: descentrar/recentrar a identidade humana e as implicações revolucionárias da Etologia Cognitiva”.

A 9 de Outubro, o PAN apresentou um conjunto de medidas económicas para a situação de emergência nacional à escala nacional e europeia. E a 14 desse mesmo mês concorreu à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, onde obteve 1,19% dos votos no círculo de São Miguel, o que representa um crescimento de 57% face aos resultados das Legislativas de 2011 naquela região.



A 24 de Outubro é organizado o PANdebate “Água: bem essencial, bem comum” e a 4 de Novembro é lançada a Campanha dos Canis, para sensibilizar a população para o flagelo do abate de animais saudáveis nos canis municipais e para o abandono de animais.

O final do ano de 2012 ficou marcado pela realização de uma concentração e marcha pelo fim da violência contra Humanos, Animais e Natureza, a 10 de Dezembro.

II – Filiados

No final de 2012, o Partido pelos Animais e pela Natureza (PAN) contava com 650 filiados, o que representa um aumento de 303 filiados face ao ano anterior.

Em 2012, 140 filiados não regularizaram a sua quota. Acresce que 6 filiados não regularizaram a sua quota de 2011.

Foi deliberado pela Direcção Nacional diminuir o valor da quota anual para 5 € e deixar de cobrar a emissão do cartão de filiado.



II – ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

" Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 09 de Março (Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo);

" Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março (Modelos de Demonstrações Financeiras para Entidades do Sector Não Lucrativo);

" Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo);

" Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março (Código de Contas para Entidades do Sector Não Lucrativo).

" Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística);

" Lei n.º 19/2003, de 20 de Junho (Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais);

" Lei n.º 64-A/2008, de 31/12 – Séria I – n.º 252 – 1.º Supl. (Alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de Junho); e



“ Lei n.º 55/2010, de 24 de Dezembro (Reduz as subvenções e os limites máximos dos gastos nas campanhas eleitorais (terceira alteração à Lei n.º 19/2003, de junho)).

2.2 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

Pressuposto da Continuidade:

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com a sua actividade partidária. Da avaliação resultou que o mesmo tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

Pressuposto do Acréscimo:

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

Materialmente e Agregação:

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou



colectivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, no anexo. Neste caso concreto foram apresentadas demonstrações Financeiras por campanha eleitoral segundo a Lei n.º 55/2010.

Informação Comparativa:

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros - Não se verificam.

Ativos fixos tangíveis - A mensuração inicial dos activos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes por duodécimos, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro.

Bem	Ano Aquisiçã o	Taxa Amortizaçã o	Valor Aquisição	Amortz Anteriores	Amortz Exerc	Amortz Acumulada	Valor Contabilístico
Cannon Câmara de video XA10 (PAN Nacional)	Nov-11	20,00%	4.576,87	152,56	915,37	1.067,93	3.508,94
Sistema de Som (PAN Nacional)	Nov-11	20,00%	1.857,00	123,80	371,40	495,20	1.361,80
Epson WF-7515 (PAN Nacional)	Set-12	20,00%	229,00	0,00	15,27	15,27	213,73
Maq.Fot.Sony Next-5KB Preta + Cartão (PAN Nacional)	Out-12	20,00%	564,89	0,00	28,24	28,24	536,65
Dell Inspiron Q15R (5110-02184) (PAN Madeira)	Fev-12	33,33%	769,00	0,00	234,95	234,95	534,05
P Samsung 53OU4 (PAN Madeira)	Jul-12	33,33%	904,79	0,00	150,78	150,78	754,01
Total			8.901,55	276,36	1.716,02	1.992,38	6.909,17



Ativos Fixos Intangíveis - Não se verifica.

Loações - Não se verifica.

Custos dos empréstimos obtidos - Não se verificam.

Inventários – Neste período existe a compra de t-shirts para a realização de uma campanha.

Réditos

Reconhecimento do Rédito:

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela atividade da Entidade, ou seja quota. Donativos e outros.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da filiação.

Os rendimentos não efectivamente recebidos são objecto do reconhecimento de perda por imparidade



PAN - PARTIDO PELOS ANIMAIS E PELA NATUREZA

31-12-2012

BALANCETE GERAL (ANALITICO)

(EUR)

Conta	Designação	Valor
72	PRESTACOES DE SERVICOS	2.914,26
72.2	QUOTIZACOES E JOIAS	2.594,26
0001	PAN CONTINENTE	2.594,26
72.5	SERVICOS SECUNDARIOS	320,00
72.5.1	CURSOS	320,00
72.5.1.1	ETICA ANIMA,AMBIENTAL E INTEGRAL	320,00
0001	PAN Nacional	320,00
*** Totais Finais		2.914,26

Relativamente às quotizações que ainda não venceram, apesar de constituírem rendimento do período, as mesmas são diferidas tal como demonstradas no quadro seguinte:



PAN - PARTIDO PELOS ANIMAIS E PELA
NATUREZA

31-12-2012

BALANCETE GERAL (ANALITICO) (EUR)

Conta	Designacao	Valor
28	DIFERIMENTOS	1.279,74
28.2	RENDIMENTOS RECONHECER A	1.279,74
28.2.5	QUOTIZACOES E JOIAS	1.279,74
0001	PAN NACIONAL	1.279,74
*** Totais Finais		1.279,74

Subvenções e outros apoios

Outros subsídios do Governo sob a forma de subvenções são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática para financiamento dos partidos políticos, em função dos resultados das eleições Legislativas de 2011.



PAN - PARTIDO PELOS ANIMAIS E PELA
NATUREZA

31-12-2012

BALANCETE GERAL (ANALITICO)

(EUR)

Conta	Designação	Valor
75	SUBSIDIOS, DOACOES E LEGADOS à EXOLORACA	265.281,33 €
75.1	SUBS.DO ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS	265.281,33 €
75.1.1	SUBS.DO E.E.O.E.P - ASSEMBLEIA DA REPUB	164.705,70 €
0001	PAN NACIONAL	164.705,70 €
75.1.2	SUBS.DO E.E.O.E.P - ASSEMBLEIA LEGISLATI	100.554,63 €
0002	PAN MADEIRA	100.554,63 €
75.1.3	SUBS.DO E.E.O.E.P - CAMP.ELEITORAS ALRAM	21,00 €
0002	PAN MADEIRA	21,00 €
*** Totais Finais		265.281,33 €



Provisões, passivos contingentes e activos contingentes - Não se verifica.

Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio – Não se verificam.

Instrumentos Financeiros - O PAN mensurou todos os instrumentos financeiros pelo valor de aquisição.

Benefícios dos empregados – Não se verificam

Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

Nos termos e para os efeitos da Lei 19/2003, de 20 de Junho, a Direcção Nacional do Partido pelos Animais e pela Natureza, divulga as contas ao Tribunal Constitucional.

Alterações nos Fundos patrimoniais – Não se verificam.



Outras Informações

Fluxos de caixa

Não há conhecimento de saldos que não estejam disponíveis para uso.

Outras Contas a Receber e a Pagar

Esta entidade reconheceu os seus activos, pelo princípio do acréscimo.

Reembolsos de IVA solicitados ao Estado

Não foi solicitado reembolso de IVA ao Estado.

Acontecimentos após a data do balanço

Actualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Não foram recebidas novas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço.

Resultado do período de 2012

Tal como determinado, na demonstração de resultados por natureza o resultado do período de 2012 é € 135.051,91, sendo € 71.331,61 referente ao PAN do Continente, € 60.768,64 do PAN Madeira e € 2.951,66 da campanha eleitoral dos Açores.



Os resultados líquido do período de 2012, no montante de 135.051,91€ , serão transferidos para resultados transitados.

Impostos sobre o rendimento

Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico

Tendo sido única e exclusivamente praticada a actividade de entidade política, não obtendo qualquer outro tipo de rendimento, esta entidade está isenta do pagamento de IRC, logo não há lugar à apresentação de qualquer cálculo de imposto.

III – ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL

O PAN não possui património até à data.

IV – ESTRUTURA ORGÂNICA

Em 2012 mantiveram-se os órgãos nacionais eleitos no I Congresso de 2011 e houve eleições para os novos mandatos dos Conselhos Locais, conforme as disposições estatutárias.

A Direcção Nacional é o órgão executivo do Partido e compete-lhe, entre outros, representar o PAN em todo o país perante a comunidade e as autoridades nacionais, bem como tomar as decisões e providências que se entendam por necessárias para a gestão quotidiana do Partido segundo as orientações definidas em Congresso.

A Comissão Política Nacional é o órgão de direcção política permanente do Partido, e compete-lhe, entre outros, coordenar e dinamizar a intervenção política do Partido e acompanhar a vida política nacional e internacional, definindo as formas de actuação do Partido segundo a estratégia aprovada em Congresso.



Compete ao Conselho de Jurisdição Nacional apreciar a legalidade de actuação de todos os órgãos do PAN.

O Congresso é o órgão supremo do Partido e compete-lhe, entre outros, definir as bases de acção política do Partido e aprovar os Estatutos e Programa Político, bem como quaisquer eventuais alterações a estes documentos.

A Assembleia Local é constituída por todos os membros do PAN inscritos num determinado concelho e, entre outros, compete-lhe deliberar sobre qualquer assunto de interesse para a actividade do Partido no seu âmbito geográfico.

Compete ao Conselho Local, entre outros, coordenar e dinamizar a intervenção do Partido no seu âmbito geográfico, bem como representar o PAN junto da comunidade e das autoridades locais.

VI – RECURSOS HUMANOS

Em Março de 2012 o PAN contratou a termo certo uma administrativa (substituindo a secretária da administração) e em Abril de 2012 foi estabelecido um contrato de prestação de serviços de Assessoria de Comunicação.

Para a assessoria parlamentar da Madeira, foi contratada assessoria jurídica, técnica e de comunicação.

VII – EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ACTIVIDADE

No ano de 2013 é intenção da Direcção Nacional do PAN manter a quota anual de filiado.



É também intenção do PAN concorrer às eleições autárquicas, com o objectivo de ter eleitos nos municípios a que se candidatar.

Em 2013, o PAN irá realizar o II Congresso Nacional, com a eleição de uma Nova Direcção Nacional e respectivos órgãos nacionais.

Pretende-se ainda capitalizar os Conselhos Locais com uma verba mensal, para que estes possam começar a desenvolver a sua actividade local.

Lisboa, 17 de Março de 2014

Carlos Silveira Ramos

Tesoureiro do PAN